

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

BEATRIZ ALMEIDA OLIVEIRA

**Crise estrutural do capital e a transfiguração do Estado no
neoliberalismo**

Osasco
2021

BEATRIZ ALMEIDA OLIVEIRA

**Crise estrutural do capital e a transfiguração do Estado no
neoliberalismo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando à Universidade Federal de
São Paulo como requisito para aprovação
no curso de Bacharelado em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Augusto
Feldmann

Osasco

2021

AGRADECIMENTOS

À mãe terra e o pai sol, que me dão o presente da vida, e todos os dias me convidam a decifrar, co-criar e ser parte de um mundo abundante, amoroso e diverso.

À mãe que por 9 meses criou meu corpo e há 22 anos nutre meu coração e protege meu caminho. Às avós, bisavós e tataravós cariocas, baianas, indígenas, africanas e europeias que migraram, sustentaram amorosamente suas famílias e lutaram pela repartição da mandioca que hoje eu como.

Ao pai que tirou as rodinhas da minha bicicleta, me incentivou e se sacrificou para que eu explore o mundo. Aos avôs, bisavôs e tataravôs mineiros, paulistas, indígenas, africanos e europeus que lavraram a terra em que hoje eu planto.

À Helena, que vi nascer e compartilhar comigo o sobrenome, o crescimento e a arte.

Ao Leo, companheiro de vida. Me ensinou o que importa: a simplicidade, o amor e a comunidade.

À Julia, grande amiga e apoiadora.

Ao Pedro, amigo e catalizador do meu crescimento. Nossas longas conversas e passeios me emanciparam.

À UNIFESP, a grande casa que abrigou muitos dos meus pensamentos, conversas e relações nos últimos 4 anos.

Aos professores Feldmann, Ieagê, Renan e Medina. Provocadores, orientadores, motivadores e os melhores mestres com quem pude aprender.

Às amigas e amigos do SitiOm, Sítio Amaranto, da Feira Agroecológica de São Roque, e Prefeitura de São Roque, com quem aprendo a pensar e construir um outro mundo.

Viva a universidade pública e a agroecologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A contradição em processo.....	10
1.1. Contradições básicas do capitalismo:	10
1.2. Limites do movimento.....	15
2. A estrutura totalizadora	16
1.1 Uma estrutura de comando adequada	17
1.2. A generalização das relações capitalistas no sistema de Estados-múltiplos.....	22
3. Democracia e Capital no século XX.....	25
4. A transfiguração do Estado.....	28
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	35

RESUMO

A partir da década de 1970, o neoliberalismo tem se erigido em resposta à redução das taxas de lucro no capitalismo global, momento marcado pela desdemocratização do Estado e fragmentação das unidades nacionais. Com isso, se verifica uma mudança na forma do Estado: do fiscal ao endividado, ou então, do produtor ao gerencial, alteração que encontra raízes na própria tentativa do capital de superar seus limites. Compreendida como crise estrutural, a incapacidade do capital de realizar um ajuste espaço-temporal adequado, e nesse sentido, a incapacidade do Estado “facilitar” e sustentar a expansão do capital, coloca o último contra a suas próprias determinações ideais afim de se tornar, ele mesmo, objeto apreendido pelo movimento de valorização do valor. Esse movimento, expõe a fragmentação das estruturas sociais sobre as quais se erige o capital, e questiona a própria capacidade de continuidade ilimitada da acumulação capitalista.

Palavras-chave: Crise, Estado, neoliberalismo, capital

ABSTRACT

Since the 1970s, neoliberalism has emerged in response to the reduction of profit rates in global capitalism, a moment marked by the dedemocratization of the State and the fragmentation of national units. With this, there is a change in the form of the State: from fiscal to indebted, or else, from producer to managerial, a change that finds roots in capital's own attempt to overcome its limits. Understood as a structural crisis, the inability of capital to carry out an adequate spatio-temporal adjustment, and in this sense, the inability of the State to “facilitate” and sustain the expansion of capital, places the latter against its own ideal determinations in order to become, itself, an object apprehended by the value appreciation movement. This movement exposes the fragmentation of social structures on which capital is built, and questions the very capacity for unlimited continuity of capitalist accumulation.

Keywords: Crisis, State, neoliberalism, capital

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o neoliberalismo tem se erigido enquanto conjunto de ideias, políticas, práticas e instituições, assim como estrutura material de reprodução econômica, social e política¹. Se trata de um tempo de domínio da alta tecnologia, do esvaziamento político do Estado, da penetração da forma mercadoria na vida social sem mediações, da banalização da violência, da proletarização da sociedade concomitante à diminuição da massa de trabalhadores, tempo em que as referências culturais são senão reprodução nostálgica, e claro, da eclosão de crises econômicas profundas e regulares. Para alguns teóricos, se tratam de crises conjunturais relacionadas a insustentabilidade do Estado construído durante os anos do “bem-estar social”. Na contramão dessa interpretação, esse trabalho pretende se utilizar de interpretações marxistas para analisar a crise do Estado, e do próprio capital, a partir de suas contradições.

Para David Harvey², Moishe Postone³, Ellen Wood⁴ e Simon Clarke⁵, o surgimento de um novo regime de acumulação sob o neoliberalismo se deu em resposta à redução das taxas de lucro no final dos anos 1960 no capitalismo global. Esse novo regime, contudo, nunca resolveu, senão adiou, a crise da acumulação ampliada triunfante nas décadas anteriores. Outros meios foram utilizados, como a transferência de bens dos Estados e grupos sociais vulneráveis, criação de linhas de crédito em nível sem precedente, além da geração periódica de bolhas.

Entre os anos de 1940 e 1960 a elevação dos padrões de vida da classe trabalhadora no mundo de capitalismo avançado e investimentos em países periféricos conduziu a uma “pacificação” das relações de classe. Esse momento de prosperidade aponta para o papel condutor da hegemonia dos Estados Unidos, cuja liderança na criação de instituições, aparatos normativos e ideológicos permitiu a abertura do mundo destruído pela guerra e pela colonização ao capital.

1 FILHO, Alfredo Saad. Neoliberalismo: Uma análise marxista. *Marx e o Marxismo* v.3, n.4, jan/jun 2015.

2 HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações* [2005]. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

3 POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014a. [1993].

4 WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

5 CLARKE, Simon. *Marx's Theory of Crisis*. Nova Iorque: St Martin's Press, 1994.

Nos anos de ouro do capitalismo, o modelo de expansão global do capital dividiu o mundo entre aqueles países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, ou seja, o desenvolvimento se tornou a retórica ordenante do sistema internacional. Se tratou de um modelo de expansão necessariamente imperialista que a partir da sobreacumulação dos espaços industrializados, se desloca para a periferia para um novo ciclo de realização do capital. Esse deslocamento implica a desagregação dos modos de vida e de produção não capitalistas e a liberação do trabalhador das condições materiais de seu trabalho na natureza, para que ambos sejam explorados.

Todavia, o salto que permite ao capital se valorizar também acaba por acelerar o problema da criação de excedentes sem destino rentável. Da ascensão do Japão e Alemanha na década de 1960, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Hong Kong na década de 1970, seguidos pela China na década de 1980 e vários outros países do sudeste asiático na década de 1990, os Estados Unidos tiveram sua dominância produtiva severamente contestada. Harvey ainda faz a colocação de que a virada para a financeirização e o neoliberalismo na década de 1970 surgiram tanto como uma necessidade do capital quanto de um Estado hegemônico decadente. O endividamento e a absorção do capital pelo setor financeiro fortaleceram os vínculos Wall Street-FED-FMI em um novo modelo de acumulação e imperialismo.⁶

Compreendida como crise estrutural, a incapacidade do capital de realizar um ajuste espaço-temporal adequado, e nesse sentido, a incapacidade do Estado “facilitar” a expansão do capital, coloca o último contra a suas próprias determinações ideais afim de se tornar, ele mesmo, objeto apreendido pelo movimento de valorização do valor.

Afim de tratar da transfiguração do Estado, de um Estado fiscal para um Estado endividado⁷, de um Estado produtor a um Estado gerencial⁸, ou ainda, de um Estado keynesiano a um Estado neoliberal, o trabalho em questão divide em 4 seções. As duas primeiras se apoiarão em especial nas contribuições de Marx, Pachukanis e Mézaros para descrever contradições permanentes do capitalismo e a maneira como são superadas e repostas em níveis mais profundos. Já as duas últimas, se apoiarão em

6 HARVEY, D. O enigma do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

7 STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2016;

8 DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Harvey, Streeck e Wood, afim de compreender em que consiste a crise estrutural do capitalismo e a partir dela, abordar a mudança da forma do Estado e das relações internacionais.

1. A contradição em processo

1.1. Contradições básicas do capitalismo:

Enquanto tentativa de compreender a transfiguração Estado, ou talvez, a obsolescência de uma forma de Estado uma vez hegemônica, este trabalho não poderia começar se não pela sua desconstrução enquanto fenômeno. Não se trata de negá-lo, mas de não tomá-lo como absoluto, de compreender que, se por um lado indica a essência, por outro lado a esconde. Uma vez que, “O invólucro do capitalismo se modifica constantemente para que seu núcleo permaneça o mesmo”⁹, é necessário despír o Estado de seu invólucro para compreender de onde emanam suas determinações mais profundas.

A definição de Estado sobre o qual esse trabalho se assentará é o de Mészáros: a estrutura de comando totalizante de um modo incontrolável de controle sociometabólico¹⁰. Como o nome entende, estrutura de comando de um sociometabolismo que enquanto tal é incapaz de sustentar as unidades que fragmenta. Nessa definição, se colocam duas ideias localizadas em todos os níveis das relações capitalistas, cuja relação é apreendida pelo método dialético: a de totalidade e de fragmentação. “A compreensão dialética de totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.”¹¹

No que se refere especialmente ao capitalismo, “Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma economia burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e o seu desenvolvimento no sentido de totalidade consiste justamente

9 SHAIKH, Anwar The First Great Depression of the 21st Century. Socialist Register, Fall, 2011, p.43

10 MÉSZAROS, Istvan. A Crise Estrutural do Capital. In Outubro nº 04, São Paulo, 2000.

11 KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 4ªed.

no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si os órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. ”¹² Como um organismo distinto e ainda dependente do metabolismo natural e social primitivo, ou então, como um vampiro, o capital é coisa imbuída de determinações próprias, coisa que se alimenta da organicidade, da vida contida em seus antagonismos.

Esse sociometabolismo se diferencia de qualquer outro modo de produção pelo fato de que todas as relações que compõe a totalidade se originam de uma separação, que encontra a mercadoria como recipiente. Aqui falo da separação do ser e das condições de sua constituição, e como tal, da subversão do trabalho: “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho”.

Marx começa sua exposição lógica em o Capital pela relação estruturante do modo de produção capitalista, a contradição valor-valor de uso. Na análise dialética utilizada por Marx, essa contradição é superada apenas para se repor em níveis superiores, mais complexos e intensos.¹³ Ou seja, em todas as formas estão contidas uma série de contradições internas derivadas dessa contradição básica, embora ocultadas enquanto processo.

Para Marx, a afirmação do ser enquanto sujeito se realiza na sua relação com a natureza. Na produção de sua realidade, o ser se objetiva na natureza, deixa sua marca, e então se determina como sujeito. “Sujeito é sujeito porque se objetiva por meio da atividade. A atividade é o elemento de unidade na relação sujeito-objeto. ”¹⁴. Esse objeto, em um segundo momento, ao retornar ao produtor, se subjetiva enquanto objeto do consumo humano. Ser, no sentido mais profundo de indivíduo determinado em suas relações com outros indivíduos. Devo citar uma passagem:

Mas o homem toma também a si próprio como objeto universal, relaciona-se consigo mesmo como gênero. Tomar a si próprio como objeto significa primeiramente que o homem não só objetiva, transforma em objetividades ou imprime na natureza “um resultado que

12 MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011. P.273.

13 PAULANI, Leda Maria. A autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. Revista EconomiA. Brasília (DF), v.12, n.1, pg.49-70, 2011.

14 MARX. Op cit., p.284

já estava presente na representação”, mas que também transforma a si próprio por meio da sua atividade: “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2013, p.255). O sujeito ao qual o objeto retorna no consumo, portanto, não é mais o mesmo sujeito da produção, mas um sujeito modificado pela própria produção, por sua atividade na produção.¹⁵

Pois bem, o capitalismo é um modo de produção que não tem por fim satisfazer as necessidades humanas – apesar de se realizar enquanto tal na satisfação dos desejos, sejam eles provenientes “do estômago ou da imaginação”¹⁶-, mas de valorizar o valor através da mercadoria. Mercadoria essa que, criada por um sujeito despossuído, apenas pode ser produto do trabalho humano mediante a apropriação da própria força de trabalho humano. Portanto, a pré-condição para a valorização do valor é a apropriação do trabalho-mercadoria, o que só se faz possível mediante a liberação do trabalhador da terra por meios extraeconômicos – leia-se, violentos. A esse processo, Marx dá o nome de Acumulação primitiva. Do que se extrai desse processo, parte retorna ao trabalhador na forma salário e parte se retém na forma de mais-valia.

Com a instituição do capitalismo, a unidade sujeito-objeto é rompida, e a relação, invertida. O trabalho humano é subsumido pelo capital enquanto objeto, transformado em trabalho abstrato, e a mercadoria, transformada em sujeito. Afinal, o trabalho humano não é válido se não enquanto criador de coisas que contêm suas próprias determinações e “a força de trabalho passa a ser consumida pelos meios de produção e não mais o inverso”¹⁷. Por outro lado, essas coisas se vivificam única e exclusivamente pelo trabalho humano, que cria valor de uso e também valor, quantificado e cambiado de acordo com as horas de trabalho socialmente necessárias à produção¹⁸.

Ou seja, as coisas não possuem valor intrínseco. Mercadorias são recipientes de valor enquanto produto das relações sociais, relação que precisa ser continuamente reiterada no movimento de expansão espaço-temporal do capital. Diferente do que dão a entender inclusive alguns marxistas, essa reiteração não se dá de forma automática, via

15 AUGUSTO, André Guimarães. O sujeito histórico em O Capital. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.1, n.1, jul./dez. 2013. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

16 Marx, K. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013. P. 113

17 *Ibidem*. P.273.

18 *Ibidem*.,P.117

mercado, mas se faz mediante a garantia da continuidade de certas relações. Sem uma estrutura capaz de reparar as separações postas em movimento pelo capital, ou seja, sem a separação do econômico e do político, e afirmação do primeiro sobre o segundo, o capital estaria fadado a se desintegrar.

A lógica de plena realização do capital é a valorização do valor, expressa pela fórmula D-M-D', ou, dinheiro que transformado em mercadoria que se transforma em mais dinheiro, lógica essa chamada de acumulação ou reprodução ampliada. É um movimento que tem pressupostos iniciais cruciais: “mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar, e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um Estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor como meio de circulação. ” Porém, é um movimento que não se cria nem se sustenta economicamente, mas extraeconomicamente. Para Marx, “É preciso ter em mente que as novas forças de produção e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, não caem do céu, nem das entranhas da ideia que se põe a si própria; e sim no interior e em antítese ao desenvolvimento existente da produção e das relações de propriedade tradicionais herdadas.”¹⁹

Para nesse trabalho abordar a crise estrutural capitalista, é necessário abordar ainda nesse tópico duas questões: a redundância do trabalho vivo e a tendência à superprodução. Nas palavras de Marx:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante e o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do

19 MARX apud MÉSZÁROS, 2000, p.7

nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção²⁰

O que Marx diz é que, o capital não se caracteriza simplesmente pela incorporação de trabalho e, por fim, obtenção de mais valia. A necessidade de acumulação que vivifica o capital não é para que se realize o aumento da massa de capital, mas que seja expandida a mais-valia. Isto é, capital não é acumulo valor, é processo de valorização do valor, é um movimento que pede a contínua e eterna ampliação a diferença entre o preço de venda e o custo da mercadoria e finalmente, ampliação da taxa de lucro.

Esse movimento, posto em suas condições reais de concorrência entre capitais individuais provoca o aumento contínuo da produtividade, tendo em vista a busca pela ampliação da mais valia relativa, isto é, intensificação do trabalho que conduz a um aumento do trabalho excedente. O que descreve Marx é que, ampliada continuamente em prol da sobrevivência do capitalista no mercado, a mais valia relativa tende a “expulsar” trabalho vivo. Se trata de uma contradição entre trabalho vivo e trabalho morto: o primeiro, o próprio trabalho ou, capital variável; o segundo, também chamado de trabalho constante, é o produto do trabalho humano já realizado. São as máquinas e quaisquer outras ferramentas empregadas para otimizar o trabalho humano e com isso, ampliar a mais valia relativa. Enquanto um produz valor, o outro é necessário para ampliar suas bases.

Todas essas contradições apontam para uma problemática que se repõe em níveis superiores, contradições que são, ao mesmo tempo, motor para a expansão do capital e limites para sua realização.

A subsunção real só ocorre com a produção de mais-valia relativa, o que depende do constante aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo. Mas como é bem representado na metáfora do vampiro, o trabalho morto só pode se revificar, isto é, se valorizar, sugando trabalho vivo. Isto significa que há uma tendência a existir cada vez mais trabalho morto em busca de cada vez mais trabalho vivo. Isto é, se por um lado o capital, para se pôr como capital precisa aumentar sua parte de trabalho morto, por outro este mesmo trabalho morto aumentando tem de procurar cada vez mais trabalho vivo para ser sugado.

²⁰ MARX. Op cit., p. 588

O que encontramos aí é uma situação crítica. Ou seja, o capital é cindido entre trabalho morto e trabalho vivo. Há uma tendência interna ao aumento do trabalho morto. Mas se internamente o capital se tornasse trabalho morto como um todo isso significaria sua extinção enquanto capital, da mesma forma que o vampiro morreria após eliminar o sangue dos vivos do qual se alimenta. Portanto, esta tendência interna ao capital do aumento do trabalho morto faz com que o capital tenha que fugir de si mesmo para ser o que é. Ou seja, faz com que o capital tenha de se expandir constantemente para continuar sendo capital.²¹

Na passagem acima, que me parece explicar bem a tensão entre trabalho morto e trabalho vivo, é colocado que, para que essa contradição seja superada, é necessária uma massa cada vez maior de trabalho morto em busca de cada vez mais trabalho vivo. Ou seja, o único caminho possível para superação das contradições do capital é a ampliação das bases de valorização.

1.2. Limites do movimento

De volta à contradição valor de uso-valor, ampliada continuamente a quantidade de coisas em circulação, eventualmente se extrapolam as necessidades sociais, ou seja, se coloca uma tensão entre produção e consumo. Isto é, na sua tendência à superprodução, - à produção que ultrapassa os limites impostos pelas relações de produção - o capital é forçado a procurar outros destinos rentáveis, sob pena de submeter o vampiro à fome, de desvalorizar o capital. Mas aqui pretendo tratar a superprodução como parte de um movimento mais amplo, o da tendência à sobreacumulação, que nas palavras de Harvey, “aparece sob a forma de excesso de dinheiro (recursos monetários sem destinação), excesso de meios de produção (capacidade ociosa), excesso de força de trabalho (desemprego) e excesso de mercadorias (superprodução)”.²²

Se a relação social fundamental na esfera da circulação é a compra e venda de força de trabalho e, na esfera da produção, a extração de mais-valia, então o desenvolvimento do capitalismo deveria ser

21 CRUZ, Murilo Medici Navarro. Estado, Espaço e Acumulação na crise contemporânea. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 102. 2008.

22 HARVEY, David. O novo imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.13/14, 2005. P.13

marcado por uma tendência contínua de dominar crescentemente o trabalho no plano da produção e reduzir progressivamente a parte que representa o valor da mercadoria força de trabalho como proporção do valor total gerado durante a jornada de trabalho.²³

À essa tendência, Marx dá o nome de aumento da composição orgânica do capital, isto é, o aumento proporcional da composição do capital constante em relação ao variável. A questão é que, se a porcentagem de capital constante não crescer proporcionalmente mais em relação à elevação da taxa de mais-valor – taxa de exploração – ou ainda, se o capital constante crescer e a taxa de mais valor permanecer a mesma, temos a tendência à queda da taxa de lucro.

Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente.²⁴

Falar da relação que essa tendência estabelece à sobreacumulação ocorre porque, a não ser sob condições extremas, a massa de mais-valia ainda é crescente, a taxa de lucro ainda é alta, porém, ao cair, o capital anteriormente acumulado encontra dificuldade de se valorizar. Esse movimento tende a diminuir a expansão do capital, e tende ao aumento do capital sem oportunidades de investimento produtivo e rentável. Então conforme o capital cresce, é necessário subsumir e apropriar quantidades maiores de riqueza para estabelecer neles a possibilidade de expansão necessária. Se a crise é tão profunda a ponto de reduzir a massa de mais-valor, há uma interrupção total dos investimentos. Cenário que ainda não se faz em sua plena brutalidade no presente no capitalismo atual, em especial devido a sua capacidade de adiar o fim do seu movimento.

2. A estrutura totalizadora

23 MARX. Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v. p. 144.

24 . Ibidem, p.163.

1.1 Uma estrutura de comando adequada

Expostos alguns dos movimentos desse incontrolável modo de controle sociometabólico chamado capital, antes de prosseguir, é imprescindível deixar claro porque razões a estrutura do Estado assume afinidades mais próximas com o primeiro do que com o segundo. Ao contrário do que presume a doutrina liberal, o ponto central de tensão social e econômica não se encontra na relação entre Estado e capitalismo, isso porque, em sua própria formação histórica a estrutura política de poder burguês guarda em si os pressupostos das relações capitalistas.

Em “Estado e Forma Política”, o brasileiro Alysson Mascaro inicia sua análise com a relação entre reprodução capitalista e Estado. Não à toa, dado que essa forma de organização política assume não apenas uma centralidade na acumulação de capital, é verdadeira necessidade. Frente a separação formal entre o domínio político e econômico, o Estado é posto como uma terceira figura na relação entre capital e trabalho, o que apesar de apontar, em um primeiro momento, para a existência de um adendo imparcial e impessoal, no concreto se situa longe disso.

A troca de mercadorias é chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.²⁵

Como defende Pachukanis, ao reconhecer a forma jurídica dos sujeitos e com isso, objetificar as formas sociais, são estabelecidos e reiterados padrões de sociabilidade que estatuem hierarquias, papéis, e expectativas correspondentes à disseminação da forma-valor. Nas palavras de Mascaro “o capitalismo estabelece uma vinculação necessária de

²⁵ MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma Política. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 32.

todas as relações sociais à troca. Em especial, o trabalho passa a ser assalariado, isto é, estruturado a partir de seu valor como mercadoria.”²⁶

Em outras palavras, o “sujeito de direito”, erigido nos princípios da universalidade, indistinção e igualdade é aparência que sustenta a reprodução social calcada nas formas de apropriação do capital. A “figura neutra” do Estado, assim, estabelece um vínculo entre as relações sociais e a troca no nível da própria subjetividade humana, para então se impor sobre quaisquer personalidades contidas na produção individual ou de certa entidade econômica. Se trata, então, de um imperativo à generalização da troca e à sustentação do trabalho abstrato.

Tomando a definição de Mészáros do capital enquanto “modo de controle sociometabólico” impessoal, a separação entre produção e controle – à ser aprofundada – não pode ser mantida ininterruptamente sem a existência de uma estrutura totalizante capaz de sujeitar toda e qualquer subjetividade – inclusive a do próprio capitalista – à lógica fetichista do sistema.

“Sem uma estrutura de comando totalizadora adequada – firmemente orientada para a extração do trabalho excedente –, as unidades dadas do capital não constituem um sistema, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento deformado ou da franca repressão política. (É por essa razão que alguns começos capitalistas promissores são interrompidos e até completamente invertidos em certos países no curso do desenvolvimento histórico da Europa; o Renascimento italiano oferece um impressionante exemplo disso.)”²⁷

É justamente esse pacto Estado-capital que garante a viabilidade da expansão capitalista. Para que a reprodução ampliada ocorra, a apreensão do trabalho excedente e do produto da força de trabalho não pode ser feita primariamente por meios extra econômicos, como era na chamada acumulação primitiva ou nos modos de produção não capitalistas. Mas o extraeconômico não se limita à desconstituição e liberação do não-capitalismo, como aponta Marx, “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua

²⁶ Ibidem, p. 53.

²⁷ MÉSZÁROS. Op cit. P.122.

força de trabalho. Tampouco basta obriga-las a se venderem voluntariamente.”²⁸, é necessário a construção e sustentação de um vínculo forte entre eles.

Por se tratar de um sistema que impõe a separação do trabalhador dos meios de produção, e, portanto, que se constrói sobre uma estrutura social antagônica, Mészáros fala de três “defeitos estruturais de controle”²⁹: o isolamento da produção e controle, da produção e consumo e da produção e circulação. Essa fragmentação impõe ao capital “criar para si os órgãos que ainda lhe faltam”: uma estrutura de comando político totalizante, capaz de garantir a eficiência econômica, ou melhor, a proteção e a continuidade das relações sociais capitalistas.

O primeiro “defeito estrutural de controle”, a separação entre produção e controle, é a mais estranha e crucial separação, que para se firmar permanentemente exige um poder capaz de submeter o material alienado, os meios de produção, o trabalhador-mercadoria e os próprios controladores individuais – donos da fábrica – submissos a um processo amplo de reprodução econômica. Mészáros refaz uma colocação de Marx, a respeito da existência de uma autonomia do capital em relação ao próprio capitalista. A estrutura jurídica deve conter as antagonias não apenas entre trabalhador e capitalista como entre os próprios capitalistas, sob o risco de desestabilizariam o sistema com seus desacordos.

O segundo, a fragmentação entre produção e consumo, já mencionada anteriormente, remete à contradição básica entre valor de uso e valor, posta a desconexão entre as capacidades sociais de consumo e a tendência à produção ilimitada de mercadorias. Aqui, diz Mészáros, o papel totalizador do Estado é o de regulador, sintonizador e aplicador de medidas necessárias à transformação do trabalhador como consumidor e até, transformação do próprio Estado, seja no desenvolvimento de infraestrutura básica ou do complexo militar-industrial, por exemplo. Ou seja, numa tendência à superprodução, a figura do Estado se faz necessária na abertura e criação de destinos onde o valor possa se realizar.

Essa necessidade encontra raízes profundas. Para Marx “A produção aparece assim como o ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca, como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição

²⁸ MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011. P.299.

²⁹ MÉSZÁROS. Op cit. P.145.

é o momento determinado pela sociedade e a troca, o momento determinado pelos indivíduos.”³⁰ Essas determinações, que conectam produção ao consumo, não são de forma alguma automáticas, pressuposto que o trabalhador está radicalmente separado das condições de produção. A transformação de trabalhador em consumidor não é movimento orgânico e, na verdade, forçado, a contragosto do próprio capital, que preferia não se limitar a suprir necessidades sociais.

Isso porque, apesar de o valor se posicionar antagonicamente frente ao valor de uso, constitui com ele uma unidade, o que significa que, se o valor de uso só se realiza no consumo e o valor, na troca, é imperativo que troca e consumo também tenham entre si uma unidade. “Se às mercadorias só interessam seu valor de troca, ao consumidor é necessário que se apele para o valor de uso da mercadoria, momento no qual há uma recuperação do sentido do objeto e do uso das coisas, porém, de forma já ressignificada pela necessidade do capital.”³¹

Essa contradição de fato se supera no mercado, mas em um mercado que não assume a forma romântica de produtores que cambiam suas coisas, mas em um que dissocia a concretude das relações contidas na mercadoria, relações de exploração. Da contínua afirmação desse mercado “desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas.”³²

As condições da construção desse “hábito” são relevantes. Para que se dê a reparação da fricção criada nos encontros entre produtor e meios de produção e finalmente, produtor e mercadoria, é necessária a imposição de uma lei que extraeconomicamente garante – e excepcionalmente se impõe – para que esses fragmentos constituam certa unidade. É essa lei que, ao se naturalizar, garante que as determinações capitalistas não se desfaçam no movimento de expansão, ou então, lei que garante a continuidade do movimento D-M-D’.

Não parece ser coincidência que Marx, ao falar da passagem da acumulação primitiva para a acumulação ampliada faça tamanha menção à construção da “legislação

³⁰ Ibidem. P.321.

³¹ FONTANELLE, Isleide Arruda. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. Lua Nova, São Paulo, 92: 207-240, 2014.

³² MARX. Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v. p. 333.

sanguinária”³³. Afinal, se as relações sociais se tornam evidentes, é pela naturalização dessa lei reparadora de antagonismos intrínsecos ao capital, lei que se materializa na figura do Leviatã.

“Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem sua origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva”.³⁴

É nesse sentido que Pachukanis afirma “não apenas este ou aquele dispositivo técnico do aparato estatal cresce no terreno do mercado, mas que entre as próprias categorias da economia mercantil-monetária e a forma jurídica existe uma ligação interna indissociável.”³⁵

De volta à Mészáros, a terceira fragmentação, entre produção e circulação diz respeito à uma contradição, “das mais inadmissíveis”. O capital, com seu imperativo globalizante, precisa se desprender da estrutura corretiva do Estado nacional. Aqui, o autor fala da existência de um “duplo padrão”. Domesticamente, o Estado de capitalismo desenvolvido de democracia liberal, age no sentido de elevar o padrão de vida – e a capacidade de consumo – da classe trabalhadora e controlar tendências monopolistas. Já na “periferia subdesenvolvida”, deve-se verificar a existência de um governo “maximizador da exploração, implacavelmente autoritário, exercido diretamente ou por procuração”.³⁶

“Assim, a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política

³³ Ibidem. P.805.

³⁴ Ibidem. P.819.

35 PACHUKANIS, Euguiéni. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017. P.63

36 MÉSZÁROS. Op cit. P.194.

totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global.”³⁷

A relação que o Estado periférico assume perante o capital estrangeiro, deve ser a de facilitador da expansão monopolista. Se trata de uma relação mediada por Estados hegemônicos que, desde o colonialismo até o imperialismo contemporâneo mudou de roupagem, mas que se projeta nessa forma estatal tendo em vista superar a justamente a falta de unidade das esferas da circulação e produção.

Se domesticamente o Estado se impõe como reparador de antagonismos, internacionalmente a expansão capitalista não poderia se não manter sua necessidade por uma estrutura de comando firme. Todavia, para que se desenvolvesse uma classe internacional de trabalhadores “que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas.”, as estratégias territorialistas de dominação precisariam ser secundarizadas. Um desafio se impôs à expansão mundial do capital: como garantir os parâmetros corretivos mínimos para a ocorrência da acumulação ampliada sem a existência de um Leviatã global?

1.2. A generalização das relações capitalistas no sistema de Estados-múltiplos

Pensar a relação entre os países em suas distintas formações sociais implica atravessar a ideia de que em um primeiro momento todos os países são livres e soberanos, como também o são os trabalhadores frente ao mercado. Assim como em um plano doméstico se dá na relação entre os indivíduos e a estrutura jurídica na sociedade capitalista, “É na igualdade formal dos Estados que opera a sua desigualdade concreta”³⁸.

Aqui cabe um regresso. No século XIX o poder britânico se expandiu em direção à periferia do mundo enquanto poder imperial. Ellen Wood coloca que: “Capitalist imperial power certainly did embrace much of the world, but it did so less by the universality of its economic imperatives than by the same coercive force that had always

³⁷ Ibidem. P.820.

³⁸ PACHUKANIS, Euguiéni. Ibid. P.12

determined relations between colonial masters and subject territories”³⁹. Para a autora, a incapacidade de generalizar as relações capitalistas, e, portanto, de coordenar a internacionalização do capital sem o exercício político e econômico direto foi um forte componente da decadência da hegemonia britânica, uma vez que, não posta a separação entre econômico e político, as demandas do domínio colonial inevitavelmente entrariam em conflito com os imperativos econômicos – como o fizeram no caso da Índia. Ou seja, a decadência do império britânico parece dizer respeito justamente à dificuldade de pôr em movimento a acumulação ampliada sem a figura de um Estado.

É por tal razão que a cientista política trata de uma limitação de marxistas como Lênin de pensar o imperialismo mais como um exercício de poder territorialista do que como uma forma de exploração capitalista. Admissível, afinal era com essa roupagem que as relações metrópole-colônia e ex-metrópole e ex-colônia se deram até a Segunda Guerra Mundial.

A “pacificação” do pós-segunda guerra é termo razoavelmente adequado, uma vez que a apropriação do trabalho excedente no capitalismo deixou de ocupar primariamente a esfera extra econômica. O imperialismo tutelado pelos Estados Unidos certamente não ofereceu rupturas às formas de dependência coloniais, na verdade se erigiu da fragmentação dos modos de vida tradicionais, para que, em um sistema de Estados múltiplos, a massa de trabalhadores desapossados pudesse integrar o mercado, e o capital tivesse na lei – de todos os Estados onde poderia avançar – a garantia dos pressupostos básicos à sua reprodução. Isto é, para que no âmbito nacional e supranacional existisse um desenvolvimento institucional capaz de proteger os meios de produção, o material alienado e garantir a extração da mais-valia.

Assim, o “papel do capitalista como produtor e intercambiador está estabelecido, e a força de trabalho foi convertida em uma mercadoria que geralmente se troca por seu valor. A acumulação “primitiva” ou “originária” já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de “paz, propriedade e igualdade”. ”⁴⁰

39 WOOD, Ellen. O império do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2014. P.113.

40 HARVEY. David. O novo imperialismo: acumulação por desapossamento (Parte II). São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.15/16, 2006

Essa “superação” das formas de acumulação primitiva resultaram em uma mudança da figura do hegemom na dimâmica global. “It was during this time that the purpose of military power shifted decisively away from the relatively well defined goals of imperial expansion and interimperialist rivalry to the open-ended objective of policing the world in the interests of (US) capital.”⁴¹ Ellen Wood defende que, as intervenções militares feitas pelos Estados Unidos, como na guerra do Vietnã, Iugoslávia e Kosovo, não tiveram um ímpeto territorialista, e sim a manutenção da ordem e do controle sobre a economia global. Diferente do Reino Unido, na sua figura de colono mundial, os Estados Unidos são o xerife, o protetor de uma lei universal criada no seio do modo de produção que busca expandir.

No primeiro debate das Relações Internacionais, entre os liberais e realistas, essas inquietações são bem exploradas, já que a discussão se centrava justamente nas possibilidades ou impossibilidades de pacificação das relações interestatais em um sistema “anárquico” repleto de países com seus próprios interesses expansionistas. “Paradigmaticamente, os teóricos realistas clássicos defendem que o cenário internacional vive um estado latente de anarquia relativa, não no sentido de ausência de estruturas e regras ou caos completo, mas na falta de um governo central, supranacional, capaz de correlacionar, eficazmente, as normas e instituições internacionais.”⁴²

Ampliando a interpretação de Mészáros na lógica global, o maior debate das Relações Internacionais trata justamente da dificuldade de corrigir os “defeitos estruturais de controle” sem a existência de um poder supraestatal. “O sistema normativo internacional representaria forma pré-jurídica – e, portanto, pré-contratualista estatal – pela carência dos elementos intrínsecos ao Direito material (coação, coercitividade, poder estatal fiscalizatório, segurança normativa, controle social).”⁴³ A relevância do Direito nas relações internacionais e a tentativa de reproduzir as funções da lei em um contexto mais amplo parecem apenas confirmar que as leis do mercado não se impõem nem se sustentam economicamente, e que, na verdade, o contratualismo é uma condição *sine qua non* da existência do capital.

⁴¹ WOOD. Op cit. P.232

⁴² CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG/Itamaraty, 2012. P.393

⁴³ HARVEY. Op cit. P.42

Como os EUA resolveram essa situação? Certamente com a construção de um imperioso “hard power”⁴⁴, expresso principalmente no incontestável poder militar, mas também pelo seu “soft power”. Nessa categoria de expressão do poder, cabe mencionar a disseminação de uma cultura de massa e outras formas potentes de ideologia, a criação e coordenação das instituições internacionais e capacidade de, apenas com o uso do seu poder econômico, exercer coerção direta sobre seus concorrentes e inimigos. Com uma aplicação estratégica dos dois, a hegemonia estadunidense garantiu, com relativamente pouca intervenção direta, a resolução de seus problemas de sobreacumulação e a sustentação de um padrão de desenvolvimento consistente entre as décadas de 1940 e 1960.

3. Democracia e Capital no século XX

Ao contrário do que concebe o senso comum, não foi até que o pacto keynesiano do pós-guerra que a relação entre democracia e capitalismo encontrou os termos de sua convivência.⁴⁵ No início do século XX, as fricções de classe eram um tanto tensas nos países industrializados: os proprietários de capital tinham medo de que o aumento popular da participação política e da influência socialista resultasse numa abolição da propriedade privada, enquanto os trabalhadores e suas organizações esperavam que os capitalistas financiassem um retorno ao governo autoritário em defesa de seus privilégios. Somente no mundo da Guerra Fria o capitalismo e a democracia pareceram se alinhar um ao outro, ou mais especificamente, as ideias de desenvolvimento econômico e a distribuição dos frutos do progresso tornou possível à classe trabalhadora a aceitação de um regime de livre mercado e propriedade privada. A ideologia construída naquele momento foi a de que a liberdade democrática era uma realidade inseparável da liberdade de mercados e de lucro.

Se trata da construção histórica de uma forma de Estado das mais fiéis ao seu ideal: o Estado que media relações e repara de antagonismos.

Esse Estado, chamado “Estado de bem-estar keynesiano” surgiu em alguns países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão como uma forma de capitalismo social

44 NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert, Power and Interdependence, Estados Unidos, Longman, 2001.

45 LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

coordenado. Se tratava de um sistema específico de interdependência desenvolvido entre o Estado e o mercado, ou mais especificamente, entre instituições democráticas e econômicas e a economia capitalista. A tomada de decisões do Estado se abriu cada vez mais à influência econômica e social sob o rótulo de "neocorporatismo tripartido"⁴⁶. No tripartismo, diálogo e justiça social atravessam negociações entre o governo, empresas e trabalhadores. É um modelo até hoje adotado pela Organização Internacional do Trabalho. Nesses países, nos anos de ouro do capitalismo elementos da democracia foram introduzidos até na gestão empresarial, com a ideia da codeterminação na indústria e a criação de conselhos de trabalhadores.

Para Clarke⁴⁷, o funcionamento da fórmula, que resultou em uma aparente conciliação de classes, pode ser atribuído especialmente ao forte controle macroeconômico, que manteve um equilíbrio entre a produção e o consumo em massa, além do ritmo da mudança organizacional e técnica. Complementarmente a essa leitura, Harvey, argumenta que, se tais fatores de fato mitigaram a ocorrência dos ciclos, o grande sucesso do capitalismo do pós-guerra se deu principalmente em sua capacidade de coordenação e acomodação dos problemas de sobreacumulação.⁴⁸

Se trata de uma explicação capaz de responder pela expansão do capitalismo no mundo não capitalista e o assentamento da democracia naqueles países de capitalismo desenvolvido. Ou seja, se tratou de uma capacidade de reparação de antagonismos através do fortalecimento da arquitetura de comando totalizante, seja domesticamente, garantindo as condições de consumo pela classe trabalhadora, ou internacionalmente, impondo a emergência de Estados dependentes do capital estrangeiro.

Vale aqui destacar dois importantes fatores políticos domésticos e internacionais que facilitaram o desenvolvimento desse sistema de "coexistência pacífica" entre capital e trabalhadores nos países desenvolvidos e entre Estados-nação. A primeira foi a crítica contínua ao capitalismo feitas por grupos excluídos do processo de participação política: sindicatos, intelectuais, negros, mulheres e outros setores que clamavam por maior justiça social. Todavia, uma das mais importantes forças por trás desse desenvolvimento foi, no

⁴⁶ OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁴⁷ CLARKE, S. The State Debate. London: Macmillan, 1991.

⁴⁸ HARVEY. Op cit.

entanto, o desafio ao modelo ocidental de capitalismo oferecido pela opção socialista soviética.⁴⁹

Foi na década de 1970 que as pressões sobre as taxas de lucro decretaram os possíveis termos do divórcio entre a economia capitalista e a política democrática. A legitimidade da democracia do pós-guerra baseava-se na premissa de que os Estados tinham capacidade de intervir nos mercados e corrigir seus resultados no interesse dos cidadãos, porém, o aumento da desigualdade e da ocorrência de crises puseram em dúvida essa ordem, assim como a força dos governos em conduzir a economia nacional.

Nesse viés, se durante as décadas de 50 e 60 o crescimento do bolo assado pelos trabalhadores garantiu a eles um espaço na mesa do progresso, não demorou para o capital roubar o bolo e culpar o Estado. Nas décadas posteriores, o tripartismo deu lugar a um senso popular de que a política não pode mais fazer diferença, de que a incompetência e corrupção são características uma classe política cada vez mais distante e egoísta. A partir da década de 1990, com o aumento da dívida pública, o *modus operandi* do sistema político se tornou “não existe alternativa”. Se trata então da política do efeito menos pior de um Estado que corta gastos e privatiza instituições para contrair novos empréstimos que “não consegue pagar” se não privatizar instituições e cortar gastos.⁵⁰ Um Estado que corta o próprio braço para comprar outro com juros, que deixa sua forma ideal para amparar as necessidades de um capital em condições não ideais de acumulação.

Um tópico central da retórica antidemocrática atual é a crise fiscal do estado contemporâneo, refletida no surpreendente aumento da dívida pública desde a década de 1970.⁵¹ Como defende Streeck, o motivo da deterioração das finanças públicas foi o declínio dos níveis gerais de tributação e o caráter cada vez mais regressivo dos sistemas tributários, como resultado de “reformas” das principais taxas de imposto de renda e de empresas. Enquanto o trabalhador é tributado sobre produtos que garantem a reprodução de suas vidas para assistir os serviços públicos serem desmontados, os capitalistas não apenas passaram a pagar menos por suas fortunas como tiveram na figura do Estado uma oportunidade de investimento.

⁴⁹ MÉSZAROS. *Op cit.*

⁵⁰ STREECK. *Op cit.*

⁵¹ *Ibidem*

Ao contrário dos contribuintes, os compradores de títulos continuam a possuir o que pagam ao Estado e ainda, recebem juros sobre ele, quantia paga com impostos oriundos de um modelo de tributação cada vez mais regressivo. Além disso, o aumento da dívida pública pode ser e está sendo utilizado politicamente para argumentar por cortes nos gastos do Estado e pela privatização de serviços públicos, restringindo ainda mais a intervenção democrática redistributiva na economia capitalista.

Exposto brevemente o panorama político e alguns movimentos históricos a partir da década de 1940, cabe então adentrar na forma do Estado neoliberal e a relação que este estabelece com a crise estrutural do capital no neoliberalismo.

4. A transfiguração do Estado

Como já mencionado, a emergência de um novo regime de acumulação sob o neoliberalismo desde a década de 1970 se deu em resposta à redução das taxas de lucro no final dos anos 1960 no capitalismo global. Esse novo regime, contudo, nunca resolveu, senão adiou, a crise da acumulação ampliada triunfante nas décadas anteriores. Outros meios foram utilizados, como a transferência de bens dos Estados e grupos sociais vulneráveis, criação de linhas de crédito em nível sem precedente, além da geração periódica de bolhas.

As ferramentas típicas do chamado modo de acumulação primitivo assumiram papel importante na tentativa de prover uma solução à crise iniciada na década de 1960. David Harvey, ao visitar o assunto, faz então uma atualização do conceito sob o nome de “acumulação por despossessão necessário devido às estranhezas de qualificar como primitivo um processo em andamento. Essa estranheza remete a Marx em “Ela aparece como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”⁵².

Rosa Luxemburgo⁵³ verifica que a acumulação expandida exige uma constante expansão sobre mercados externos, ou melhor, sobre setores não capitalistas. A expansão do capitalismo se dá mediante a subsunção de sua própria negação, em um movimento

⁵² HARVEY. Op cit. P.43.

⁵³ LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1984.

intrínseco e incontrolável. Para Médici, não se pode situar a acumulação primitiva em um passado superado, ou imaginar que o pré-capitalismo se encerrou com seu advento, uma vez que a expansão do capitalismo tem como pressuposto a contínua desconstituição e alteração da lógica produtiva de modos de sociabilidade não pautados no lucro. Holloway⁵⁴ afirma que manter os conceitos em posições historicamente lineares, em que a acumulação primitiva seria superada com a reprodução ampliada seria “fetichizar o próprio fetiche”, supor que, dada a origem do capitalismo, o capital se reproduz automaticamente.

Retomando a fala de Marx aqui já citada⁵⁵ o sentido de acumulação não pode se limitar à ideia de “tomada à força da riqueza de alguém”, quando na verdade, “essa separação faz muito mais do que transferir aos capitalistas a riqueza que já existia, ela transfere a eles o controle sobre o processo de trabalho, dando-lhes o poder de definir as finalidades de tal processo, a qual, como se sabe, passa nesse momento a ser a valorização do valor, isto é, a expansão da riqueza abstrata. A acumulação primitiva ganha, portanto, um sentido de separação”⁵⁶. Separação que não se encerra em si, mas que deve culminar na transformação dos meios de produção em capital, e os produtores em assalariados, lógica que submete tanto o capitalista quanto o trabalhador às lógicas do mercado capitalista. Ou seja, acumulação por espoliação e acumulação ampliada não são de forma alguma categorias apartadas no tempo, mas processos contínuos. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos.⁵⁷

De volta a “acumulação por desapropriação”, forma de acumulação que assume formas particulares na atual crise, Harvey fala da continuidade de mecanismos típicos da acumulação primitiva, como a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas, mas também de outros específicos desse momento histórico:

⁵⁴ HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003.

⁵⁵ “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obriga-las a se venderem voluntariamente.” MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011. P.299.

⁵⁶ CRUZ. Op cit. P. 84.

⁵⁷ ALMEIDA, N.; PAULANI, L. M. Regulação social e acumulação por espoliação – elementos para uma caracterização do capitalismo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009;

A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o denominado acordo TRIPS) marca os caminhos através dos quais as patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes, e qualquer forma de outros produtos, podem ser usadas contra populações inteiras, cujas práticas de manejo ambiental desempenharam um papel crucial no desenvolvimento destes materiais. A biopirataria é galopante, e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos em benefícios de algumas poucas grandes empresas multinacionais está claramente em marcha. A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual pressupõe a total ausência de posse – a indústria da música se destaca pela apropriação e exploração da cultura e da criatividades populares. A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns”.⁵⁸

Harvey ainda faz uma conexão íntima entre a crise de sobreacumulação, a queda da taxa de lucro e a acumulação por espoliação, explicação que faz através de Arendt: “pela primeira vez, o pecado original do simples roubo, que séculos antes havia tornado possível “a acumulação primitiva do capital” (Marx) e que havia possibilitado toda a acumulação posterior, devia se repetir uma vez ou outra, sob pena de que o motor da acumulação subitamente se detivesse”⁵⁹ Ou seja, a acumulação por espoliação se dá em resposta à dificuldade à dificuldade do capital de realizar um “ajuste espaço-temporal” bem sucedido, ou então, de valorização “de excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis”⁶⁰.

De modo mais geral, Harvey aponta que a acumulação por despossessão consiste na liberação de um conjunto de ativos – incluindo força de trabalho – a um custo

⁵⁸ HARVEY. David. O novo imperialismo: acumulação por desapossamento (Parte II). São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.15/16, 2006. P. 13

⁵⁹ ARENDT, Hannah. Imperialism, New York: Harcourt Brace, 1968.

⁶⁰ HARVEY. Op cit. P.15.

desproporcionalmente baixo, o que não se dá de forma ocasional, mas é produto da ocorrência de crises. É nesse sentido que cabe afirmar que as crises são, ao mesmo tempo limite e imperativo ao capital. A desvalorização acompanha as crises de sobreacumulação no sentido de que, se uma massa expandida de capital não consegue capturar o mais-valor, é necessário então centralizar o capital, reduzir a massa total de capital, para que então se alivie temporariamente a pressão sobre as taxas de lucro.⁶¹

Essa é uma explicação para a reordenação geográfica do desenvolvimento capitalista em períodos de crise. Os excedentes de capital produzidos nos Estados Unidos nos anos de ouro encontraram durante a Guerra Fria nos países asiáticos uma oportunidade, tanto de barrar o avanço do comunismo no leste como de ampliar as taxas de lucros do capital estadunidense. Esse movimento, todavia, acelerou o problema de geração de excedentes, fomentou o aumento da concorrência. Com o aumento da concorrência, se deu a eclosão de uma crise de sobreacumulação que pode se resolver temporariamente em crises financeiras como a de 1997 e 1998, na qual a o capital criado no sudeste asiático se desvalorizou e se acomodou em Wall Street e nos bancos europeus.

Nesse trabalho, nos interessa em especial o significado complexo do esvaziamento político do Estado na crise estrutural do capital. O capital, ao se expandir e se ver desprovido de destinos rentáveis para sua reprodução, tem minado suas próprias bases de controle. Se fala de uma espécie de obsolescência do Estado, principalmente na desconstrução da ideia de “interesse nacional” frente à pilhagem dos recursos estatais pelo capital internacional. Esse movimento de liberação de ativos via desvalorização, é um movimento que se relaciona com a expansão do capital fictício – cuja função se exprime na valorização artificial do capital sobreacumulado –, coordenada pelo que Harvey chama de complexo FMI-Federal Reserve-Wall Street.⁶²

Um discurso dominante nos é particularmente relevante: o da insustentabilidade do Estado frente ao aumento do nível de endividamento, ou seja, do imperativo à adoção de políticas de austeridade. Ao mesmo tempo em que a financeirização do Estado atende uma necessidade econômica de acomodação temporária do capital sobreacumulado – em um movimento de valorização artificial do capital –, é também justificativa à pilhagem

61 HARVEY, D. O enigma do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. P. 109

62 Idem. O novo imperialismo: acumulação por desapossamento (Parte II). São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.15/16, 2006. P. 15

dos bens estatais, ou melhor, de sua submissão à lógica da valorização do capital. Isso se verifica no fato de que, sob o neoliberalismo, as privatizações acompanham a “racionalização” do Estado.

“O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais.”⁶³

Ou seja, no neoliberalismo, o Estado tem se transfigurado radicalmente enquanto estrutura de comando totalizadora, de reparador dos “defeitos estruturais de controle” para assumir a figura de um agente econômico. Nesse sentido, poderia se afirmar que, em seis décadas de tentativa de adiamento da crise de sobreacumulação, a relação Estado-Capital tem se configurado na subsunção do primeiro pelo segundo. Nessa tentativa de submeter a riqueza estatal à lógica de acumulação capitalista, o capital corre o risco de romper com as próprias bases que garantem reparação dos “defeitos estruturais de controle”. Mas, até para essa crise parece haver possibilidade de adiamento.

Para Streek, a transfiguração do Estado é aquela do Estado fiscal ao Estado endividado.⁶⁴ Ela institui uma democracia composta por dois personagens antagônicos, o “povo do mercado” e o “povo do Estado”. Nela, o capital, como antes, influencia a política indiretamente – pelo investimento em economias nacionais – mas agora também diretamente – pelo financiamento das atividades do próprio Estado.

“Ao contrário do povo do Estado do Estado fiscal, o povo do mercado do Estado endividado está integrado em nível transnacional. A única ligação que existe entre os membros do povo do mercado e os Estados nacionais é a dos contratos: estão ligados como investidores, não como cidadãos. Seus direitos perante o Estado não são públicos, mas privados. (...) Enquanto credores, não podem eleger outro governo senão aquele que não lhes agrada; podem, porém, vender seus títulos de dívida e não participar dos leilões de novos títulos de dívida.”⁶⁵

63 DARDOT e LAVAL. Op cit. P. 233.

64 STREECK. Op cit.

65 Ibidem. P. 192.

Essa transformação se verifica também nas relações interestatais, que perdem sua forma tradicional de relação entre entidades soberanas. A retórica do “interesse nacional”, que por décadas promoveu a coesão nacional, parece ter se diluído e se submetido aos interesses do mercado. Soberania não é mais característica intrínseca ao Estado, mas condicional. “O respeito pelo direito à soberania estatal depende do bom comportamento de um país em relação aos mercados financeiros globais e às organizações internacionais ou do cumprimento das regras de comportamento que eles estabeleceram”.⁶⁶

Streeck fala da “política de endividamento como diplomacia financeira internacional” para descrever, em especial, as relações entre países na União Europeia, em que as carteiras de credores de alguns países são salvas por outros. Mas existe aqui um movimento global, tutelado pelas instituições internacionais, que, como se pretendia na Guerra Fria, continuam a cumprir o papel de investidor nas economias nacionais, embora sem dúvida, com um aumento significativo do poder coercitivo. Existe aqui um movimento econômico direito, o de cobrar dívidas em nome dos investidores financeiros, mas também um político: a desdemocratização do Estado, “por meio da proteção dos “mercados” contra intervenções políticas em nome de uma justiça social que corrige o mercado”.⁶⁷

O conto da criação de uma comunidade internacional via integração dos sistemas econômicos e financeiros, foi presente aceito – ou forçado – por todos. Presente que, como um cavalo de tróia, aprisionou os Estados em “um marco estruturado de instituições financeiras e governamentais” para então submeter, sem escrúpulos, sua lógica à do capital. Para esse poder, amparado pelo complexo FMI-Federal Reserve-Wall Street, que institui o próprio mercado como poder supranacional, não existe alternativa, não é necessário consenso. Parece que, afinal, o Leviatã é o próprio capital.

CONCLUSÃO

À luz da crise estrutural do capital, o presente trabalho buscou despir o Estado de suas aparências e expor I) as contradições permanentes do capitalismo e as determinações estas que impõe na figura do Estado, II) as capacidades e limitações do Estado keynesiano

⁶⁶ Ibidem. P. 200.

⁶⁷ Ibidem. P. 201.

e neoliberal de servirem como estrutura de “comando totalizante de um modo incontrolável de controle sociometabólico”. Com isso, verificou-se que, na busca pela realização de um movimento de valorização do valor que não tem encontrado na acumulação ampliada capacidades de realização, o capital tem destruído suas bases e incorporado, através da imposição de desvalorizações e privatizações, as estruturas estatais às lógicas capitalistas.

Isso porque, o capital, erigido de relações sociais estruturadas de maneira antagônica, dependem do Estado, que “deve aparecer como regulador das relações econômicas, como produtor de controles e de contrapesos para a lógica dessocializante da concorrência generalizada, como “árbitro” de determinados conflitos entre os distintos interesses particulares, e não menos importante, como organizador da integração – material, institucional e simbólica – do espaço territorial da nação.”⁶⁸ “Assim, caberá ao Estado não apenas a criação de uma institucionalidade correspondente à sociabilidade da mercadoria e do capital – direito abstrato, contratos, normas, etc. – como também o papel de mitigar o potencial sempre latente de violência e de conflitualidade generalizada que está contido na lógica concorrencial.”⁶⁹

Na tendência do capitalismo de produzir crises de sobreacumulação – excedente de trabalho e capital – um ajuste espaço-temporal é imperativo, sob pena de desvalorização. O entrave na capacidade do capital de acumular através da reprodução ampliada e de mitigar os efeitos da redução da taxa de lucro se desdobram em outros fenômenos: a alocação do capital para longe do setor produtivo, o aumento da taxa de exploração e uma pressão para a ocorrência da que Harvey chama de acumulação por espoliação.

Como Streeck avalia, o capital tem nas últimas quatro décadas “comprado tempo” para apaziguar conflitos sociais potencialmente desestabilizantes e ainda assim, garantir que, em sua forma monetária, o capital continue a se valorizar, mesmo que artificialmente. Harvey ainda associa esse movimento a uma nova forma de imperialismo, coordenado pelo eixo FMI-Federal Reserve-Wall Street, que garante a submissão dos Estados a uma estrutura institucional que permite o avanço do mercado sem mediações.

⁶⁸ FELDMANN, Daniel Augusto. O “salto mortal” da mercadoria, a contradição em processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. 56 / maio 2020 – agosto 2020. P. 53.

⁶⁹ Ibidem.

É mister a capacidade da continuidade desse adiamento, tão bem quanto a capacidade do capital de assumir o papel de mediador do caos e da incontabilidade social que devem imperar se retirados os pressupostos mais fundamentais da valorização do valor.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, André Guimarães. O sujeito histórico em O Capital. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.1, n.1, jul./dez. 2013. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013;

ALMEIDA, N.; PAULANI, L. M. Regulação social e acumulação por espoliação – elementos para uma caracterização do capitalismo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009;

ARENDDT, Hannah. Imperialism. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968;

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG/Itamaraty, 2012;

CLARKE, S. The State Debate. London: Macmillan, 1991;

CRUZ, Murilo Medici Navarro. Estado, Espaço e Acumulação na crise contemporânea. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 102. 2008;

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016;

FELDMANN, Daniel Augusto. O “salto mortal” da mercadoria, a contradição em processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. 56 / maio 2020 – agosto 2020;

FILHO, Alfredo Saad. Neoliberalismo: Uma análise marxista. Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015;

FONTANELLE, Isleide Arruda. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. Lua Nova, São Paulo, 92: 207-240, 2014;

HARVEY, D. O enigma do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010;

_____. O neoliberalismo: história e implicações [2005]. São Paulo: Edições Loyola, 2014;

_____. O novo imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.13/14, 2005;

_____. O novo imperialismo: acumulação por desapossamento (Parte II). São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.15/16, 2006;

HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003;

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 4ªed;

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1984;

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma Política. São Paulo: Boitempo, 2013;

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013;

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v;

_____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011;

MÉSZAROS, Istvan. A Crise Estrutural do Capital. In Outubro nº 04, São Paulo, 2000;

_____. Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, maio de 2002;

NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert, Power and Interdependence, Estados Unidos, Longman, 2001;

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984;

PACHUKANIS, Euguiéni. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017;

PAULANI, Leda Maria. A autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. Revista EconomiA. Brasília (DF), v.12, n.1, pg.49-70, 2011;

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014a. [1993];

SHAIKH, Anwar The First Great Depression of the 21st Century. Socialist Register, Fall, 2011, p.43;

WOOD, Ellen. O império do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.